

PROCESSO SELETIVO 04/2023

Área de Conhecimento: Sistemas de Accountability

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 1: Segundo Abrucio e Loureiro (2004) “formas contemporâneas de *accountability* existem, com maior ou menor grau de sucesso, em todos os países democráticos. Sua consecução depende da utilização de instrumentos institucionais e da existência de condições capazes de dar um alicerce estrutural à democracia e a suas formas de responsabilização política”. Com base nos autores citados, discorra sobre a relação entre democracia e as formas de *accountability*, identificando os instrumentos e as condições apresentadas por Abrucio e Loureiro (2004) para que tais formas alicercem a democracia e a responsabilização política.

Referência:

ABRUCIO, F. L., & LOUREIRO, M. R. **Finanças públicas, democracia e accountability**. In: ARVATE, Paulo Roberto; BIDERMAN, Ciro. Economia do Setor Público no Brasil. Rio de Janeiro: Elsevier/Campus, 2004.

Resposta: Espera-se que o candidato em sua resposta, manifeste-se sobre os aspectos relacionados na pergunta e que suas reflexões apresentem os seguintes aspectos conceituais descritos no quadro espelho:

Temas e conceitos	Descrição									
Democracia sob a perspectiva de Abrucio e Loureiro	O candidato deverá demonstrar que conhece o conceito de democracia apresentado pelos autores: Definição de democracia para Abrucio e Loureiro (2004): 1) Poder que emana do povo – soberania; 2) Governos devem prestar contas ao povo no exercício do poder; 3) O Estado deve ser regido por regras que delimitam o campo de atuação em prol dos direitos básicos dos cidadãos;									
Formas de accountability democrática	O candidato deverá demonstrar que conhece as dimensões da democracia no contexto do controle em que se consubstancia: 1) Controle eleitoral; 2) Controle institucional – durante os mandatos; 3) Controle de regras estatais intertemporais;									
Instrumentos e condições de accountability democrática	O candidato deverá demonstrar que conhece a relação entre as formas, instrumentos e condições de accountability conforme descrito no quadro abaixo: <table border="1" data-bbox="434 1563 1372 1989"> <thead> <tr> <th>Formas de accountability</th> <th>Instrumentos</th> <th>Condições</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Processo eleitoral</td> <td>Sistema eleitoral e partidário Debates e formas de disseminação da informação Regras de financiamento de Campanhas Justiça eleitoral</td> <td>Direitos políticos básicos (votar e ser votado) Pluralismo de ideias Imprensa livre Independência e controle mútuo entre os Poderes</td> </tr> <tr> <td>Controle institucional - mandato</td> <td>Controle Parlamentar (CPI, fiscalização orçamentária) Controle Judicial (constitucionalidade, etc.) Controle Administrativo-Processual (tribunal de contas e/ou auditoria)</td> <td>Transparência e fidelidade das informações públicas Burocracia regida pelo princípio do mérito Predomínio do império da lei</td> </tr> </tbody> </table>	Formas de accountability	Instrumentos	Condições	Processo eleitoral	Sistema eleitoral e partidário Debates e formas de disseminação da informação Regras de financiamento de Campanhas Justiça eleitoral	Direitos políticos básicos (votar e ser votado) Pluralismo de ideias Imprensa livre Independência e controle mútuo entre os Poderes	Controle institucional - mandato	Controle Parlamentar (CPI, fiscalização orçamentária) Controle Judicial (constitucionalidade, etc.) Controle Administrativo-Processual (tribunal de contas e/ou auditoria)	Transparência e fidelidade das informações públicas Burocracia regida pelo princípio do mérito Predomínio do império da lei
Formas de accountability	Instrumentos	Condições								
Processo eleitoral	Sistema eleitoral e partidário Debates e formas de disseminação da informação Regras de financiamento de Campanhas Justiça eleitoral	Direitos políticos básicos (votar e ser votado) Pluralismo de ideias Imprensa livre Independência e controle mútuo entre os Poderes								
Controle institucional - mandato	Controle Parlamentar (CPI, fiscalização orçamentária) Controle Judicial (constitucionalidade, etc.) Controle Administrativo-Processual (tribunal de contas e/ou auditoria)	Transparência e fidelidade das informações públicas Burocracia regida pelo princípio do mérito Predomínio do império da lei								

	Controle do Desempenho dos Programas Governamentais (responsabilização pelo desempenho) Controle Social (plebiscito, Conselhos etc.)	Existência de mecanismos de participação e controle social Criação de instâncias que busquem o maior compartilhamento possível das decisões
Regras estatais intertemporais	Garantia de direitos básicos pela constituição (clausulas pétreas) Segurança contratual individual e coletiva Limitação legal do poder – gestores Acesso por meio de concurso Mecanismos de restrições orçamentária Defesa dos direitos intergeracionais	

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

Membros da Banca:



Prof. Dra. Maria Carolina Andion



Prof. Ms. Ivoneti Ramos



Prof. Dra. Elaine Cristina de Oliveira Menezes

PROCESSO SELETIVO 04/2023

Área de Conhecimento: Sistemas de Accountability

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 2: Pinho e Sacramento (2009) revisitam a noção de accountability que é discutida por Ana Maria Campos em seu artigo seminal de 1990. Pinho e Sacramento (2009, p. 1348) destacam “Interessante notar que Schedler (1999:13) observa que o significado de accountability permanece subexplorado. Para esse autor, muito embora em todo o mundo instituições financeiras, líderes de partidos, ativistas de bases, jornalistas e cientistas políticos tenham descoberto as bênçãos e aderido à causa da accountability pública, o seu significado permanece evasivo, com fronteiras indefinidas e estrutura interna confusa. Tal afirmação, de certa forma, minimiza o desconforto exposto por Campos (1990) e por todos os brasileiros que se lançaram na busca incessante da sua tradução. Evidentemente, os conceitos estão em permanente construção e evolução, uma vez que não ficam congelados, pois à medida que a realidade social muda, eles também devem se adequar, se qualificar, mas a observação de Schedler parece expressar que o conceito, mesmo na realidade anglo-saxã, também não é tão preciso assim”. Diante de tal afirmação disserte sobre o conceito de accountability quanto a sua bidimensionalidade (em seus diferentes âmbitos), bem como se posicione em relação aos argumentos de Pinho e Sacramento (2009) quanto à possibilidade ou não de tradução para a realidade brasileira da palavra *accountability*.

Referência:

PINHO, J.A.G. e SACRAMENTO, A.R.S. Accountability: já podemos traduzi-la para o português? Revista da Administração Pública, 43 (6): 1343-68, nov./dez. 2009. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/rap/article/view/6898>

Resposta: Espera-se que o candidato em sua resposta, manifeste-se sobre os aspectos relacionados na pergunta e que suas reflexões apresentem os seguintes aspectos conceituais descritos no quadro espelho:

Temas e conceitos	Descrição
<p>Conceito de accountability sob a perspectiva bidimensional</p>	<p>O candidato deverá demonstrar conhecer a bidimensionalidade do conceito de accountability expressa por:</p> <p>Pinho e Sacramento (2004) com base em Campos 1990, accountability sinônimo de responsabilidade objetiva (trata-se da responsabilidade de uma pessoa ou organização perante outra, fora de si mesma, implicando em prêmios ou castigos) e a accountability encerra a ideia da responsabilidade subjetiva, isto é, à cobrança que a pessoa exerce sobre si mesma quanto à necessidade de prestar contas a alguém.</p> <p>Os autores apresentam o caráter bidimensional relativo ao tempo:</p> <p>Schedler (1999) três questões são identificadas para sua eficácia: informação, justificação e punição. Informação e justificação: o autor denomina de <i>answerability</i>, isto é, a obrigação dos detentores de mandatos públicos informarem, explicarem e responderem pelos seus atos. Punição: diz respeito à capacidade de <i>enforcement</i>, ou seja, a capacidade das agências de impor sanções e perda de poder para aqueles que violarem os deveres públicos.</p> <p>Além do caráter bidimensional conforme o lugar ocupado pelos atores (O’Donell):</p>

	<p>A accountability vertical: ações realizadas individualmente e/ou coletivamente, com referência aos que, eleitos ou não, exercem posições em instituições do Estado; Ex: eleições, as reivindicações sociais; atuação da mídia;</p> <p>A accountability horizontal: são as agências estatais possuidoras de direito, poder legal, disposição e capacidade para realizar ações, que vão desde a supervisão de rotina e sanções legais ou até o <i>impeachment</i> contra ações ou omissões de outros agentes ou agências do Estado que possam ser qualificadas como delituosas; Ex: Executivo, Legislativo, Judiciário, agências de controle e fiscalização das prestações de contas como: TCU, CGU, etc.</p>
<p>Possibilidade de traduzir o conceito para a realidade brasileira</p>	<p>O candidato deverá expressar conhecer também alguns dos aspectos apresentados pelos autores que demonstram a dificuldade de dar uma resposta conclusiva à questão formulada no artigo. Avanços têm sido realizados, páginas têm sido viradas na história brasileira:</p> <p>a) A Constituição Federal de 1988 (CF/88) institucionalizou a participação da sociedade: Conselhos, orçamento participativo e plebiscito.</p> <p>b) A CF/88 apresenta vários dispositivos instrumentais que viabilizam o controle dos atos dos agentes públicos, a publicidade e a transparência dos atos públicos. A CF/88 assegurou o direito à impetração da denominada ação popular, instrumento fundamental para o exercício da <i>accountability</i>.</p> <p>c) A reforma do aparelho do estado mudou o foco do controle, que no modelo tradicional se dava nos procedimentos e o deslocou para o resultado.</p> <p>d) Lugar da sociedade civil no sistema político após a CF/1988 se amplia.</p> <p>e) A aprovação da Lei Complementar no 101/2000 (LRF); e a criação da Controladoria Geral da União (CGU), em 2001</p> <p>f) o Siafi, sistema por meio do qual são obtidas as informações que subsidiam o balanço geral da União e os relatórios de execução do orçamento e de administração financeira que compõem a demonstração das contas apresentadas ao Congresso Nacional pelo presidente da República; o acesso, via internet, ao processo de transferências do FPE e do FPM (Fundo de Participação dos Estados e Fundo de Participação dos Municípios); as TVs e as rádios da Câmara e do Senado; a criação de ouvidorias; a criação da Comissão de Legislação Participativa com participação de diferentes stakeholders; e a modificação acerca da imunidade parlamentar.</p> <p>g) Criação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) órgão competente para controlar a atuação administrativa e financeira do Poder Judiciário e o cumprimento dos deveres funcionais dos juízes.</p> <p>Todavia, mudanças de caráter estrutural são difíceis de ser dadas em um curto período de tempo (20 anos), quando se enfrentam forças e culturas conservadoras encasteladas como:</p> <p>a) cultura política - traços políticos convencionais, como clientelismo, paternalismo, patrimonialismo e personalismo prevalecem, resultando numa cultura política na qual o interesse individual se sobrepõe ao interesse coletivo</p> <p>b) Burocracia, por exemplo, não rompeu com as formas patrimoniais de privações da ordem colonial e reproduzidas pela ordem republicano-oligárquica que precedeu a industrialização. (...) Ao invés disso, a burocracia sempre esteve vinculada aos interesses sociais, sendo invariavelmente capturada por eles ou por eles envolvida. Esteve imersa em um processo no qual domínio público e domínio privado se interpenetravam, no qual a gestão política apresentava-se como assunto de interesse particular dos funcionários e não como assunto pertinente ao campo dos interesses objetivos.</p> <p>Destacam os autores que não querendo fugir da resposta, podemos dizer que estamos mais perto da tradução do que quando Campos se defrontou com a questão, mas ainda muito longe de construir uma verdadeira cultura de <i>accountability</i>. Fechando com palavras otimistas, esse conceito está em construção, assim como o de nação, e dentro dos parâmetros da democracia como valor universal, o que não é pouco para uma longa tradição de autoritarismo.</p>

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

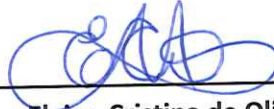
Membros da Banca:



Profa Dra. Maria Carolina Andion



Profa Ms. Ivoneti Ramos



Profa Dra. Elaine Cristina de Oliveira Menezes

PROCESSO SELETIVO – 04/2023

Área de Conhecimento: Sistemas de Accountability

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 3: Nos textos de Schommer et al (2015) e Rocha et al (2019) os autores exploram a relação entre coprodução de bens e serviços públicos e a accountability. Discuta essa relação com base nos textos identificando (1) como os conceitos de coprodução e accountability se aproximam e/ou se distanciam; (2) quais as condições para que haja coprodução do controle e da accountability, segundo os autores; (3) quais tipos de accountability se aproximam mais da ideia de coprodução? Justifique suas respostas.

Referências:

ROCHA, A.C.; SCHOMMER, P. C.; DEBETIR, E.; PINHEIRO, D.M. Transparência como elemento da coprodução na pavimentação de vias públicas. *Cadernos Gestão Pública e Cidadania*, v. 24, n. 8, 1-22, 2019. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/74929>

SCHOMMER, Paula Chies; ROCHA, Arlindo Carvalho; SPANIOL, Enio L.; DAHMER, Jeferson; SOUSA, Alessandra Debone de. Accountability and co-production of information and control: social observatories and their relationship with government agencies. *Revista de Administração Pública*, v. 49, n. 6, pg. 1375-1400, nov./dez., 2015. <http://www.scielo.br/pdf/rap/v49n6/0034-7612-rap-49-06-01375.pdf>

Resposta: Espera-se que o candidato em sua resposta, manifeste-se sobre os aspectos relacionados na pergunta e que suas reflexões apresentem os seguintes aspectos conceituais descritos no quadro espelho:

Temas e conceitos	Descrição
Relação entre coprodução e accountability (aproximações e distanciamentos)	<p>O candidato deverá apresentar elementos como:</p> <p>Tradicionalmente, a informação pública é produzida por órgãos estatais de controle institucional, de forma hierárquica, sendo qualquer contribuição da sociedade incidental. Segundo os autores, tal contribuição pode ser mais efetiva e presente quando a sociedade se engaja junto com os agentes públicos para coprodução de informação e controle, neste caso temos uma “accountability coproduzida”.</p> <p>A coprodução de bens e serviços públicos é baseada em um engajamento mútuo e ativo entre governo e cidadãos, individualmente ou por meio de organizações associativas ou econômicas, organizadas em parcerias ou redes (Brudney e Inglaterra, 1983; Marschall, 2004; Roberts, 2004; Denhardt e Denhardt, 2003; Salm e Menegasso, 2012; Verschuere, Brandsen e Pestoff, 2012). Isso requer arranjos institucionais e estratégias de governança pública que constituam uma alternativa à gestão hierárquica, utilizando e promovendo a cooperação, fomentando a ação conjunta e a coordenação entre sociedade civil, empresas e governo (Kissler e Heidemann, 2006; Rhodes, 2006; Denhardt, 2012).</p> <p>Quando se assume que a produção, disseminação e uso de informações de qualidade para o controle da administração pública podem se dar por meio da interação entre órgãos do Estado e pelos cidadãos, novas formas de controle sobre os governos são geradas.</p>
Condições para coprodução do controle e da accountability	<p>A coprodução requer um engajamento organizado e permanente dos cidadãos, não apenas trazendo demandas e estabelecendo prioridades, mas também participando diretamente da produção ou entrega de bens e serviços públicos e promovendo o poder compartilhado com o governo (Verschuere, Brandsen e Pestoff, 2012). A coprodução vai</p>

	<p>além de cidadãos usando suas vozes. É uma abordagem prática. Assim, um cidadão torna-se ativo na transformação da realidade, considerando, pensando e alterando valores que refletem interesses e expectativas de uma sociedade (Brudney e England, 1983).</p> <p>A coprodução do controle sociopolítico da administração pública depende da relação entre: diversos atores sociais, órgãos públicos e equipamentos administrativos; elementos técnicos e políticos; e uma combinação de elementos legais, institucionais e informais. Esses elementos compõem um sistema interdependente que depende do desempenho e relacionamento de cada uma de suas partes (Child e McGrath, 2001).</p> <p>A coprodução da <i>accountability</i> exige a combinação de mecanismos de <i>accountability</i> verticais e horizontais produzindo a “cross-sectional accountability” ou uma “systematic accountability” nas quais múltiplas interações e interconexões entre papéis ocorrem.</p>
<p>Tipos de accountability e coprodução</p>	<p>Pode-se notar na prática diferentes tipos e a intensidade da coprodução de informação e controle e sua implicação em termos de etapas do processo de responsabilização. A coprodução tende a ser mais completa na medida em que se avança em capacidade técnica, maturidade política e institucional e relacionamento entre os diversos agentes e mecanismos envolvidos, num processo de aprendizado contínuo (Rocha et al., 2012). Há também uma possível relação de influência mútua: a multiplicidade de interações no sistema forja a coprodução; a ocorrência da coprodução aumenta a capacidade dos agentes públicos e comunitários de compreender e atuar sobre o próprio sistema, tornando-o mais dinâmico. Quanto mais temos combinação de tipos de <i>accountability</i> (vertical, horizontal, cross sectional e sistêmica) e interações, mais ampliamos as possibilidades de coprodução.</p>

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

Membros da Banca:



Prof. Dra. Maria Carolina Andion



Prof. Ms. Ivoneti Ramos



Prof. Dra. Elaine Cristina de Oliveira Menezes

PROCESSO SELETIVO – 04/2023

Área de Conhecimento: Sistemas de Accountability

PROVA ESCRITA – PADRÃO DE RESPOSTA

QUESTÃO 4: Secchi (2009) e Andion (2012) tratam em seus textos dos diferentes modelos de administração pública discutidos na literatura e que inspiraram reformas administrativas em âmbito internacional e também no Brasil. No lugar de delimitar tais modelos de forma estanque, a partir de uma lógica evolutiva e de ruptura, os autores defendem uma análise histórica, crítica e contextual dos mesmos, afirmando que os modelos não são superados, mas muitas vezes se sobrepõem na realidade (prática e teórica) da administração pública. Analisando o caso brasileiro, exponha seus próprios argumentos em relação a esta tese dos autores, explorando se e como tais modelos se aplicam ou não à realidade nacional e também as possibilidades que se abrem em termos de agenda de pesquisa para o campo.

Referências:

ANDION, Carolina. Por uma nova interpretação das mudanças de paradigma na administração pública. Cad. EBAPE.BR [online]. 2012, v.10, n.1, pp.01-19. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/8LPjXpK63qdrmdBcfffkvg6k/?lang=pt>.

SECCHI, L. Modelos organizacionais e reformas da administração pública. Revista de Administração Pública, v. 43, n. 2, p. 347 – 369, mar./abr. 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/ptr6WWM63xtBVpfvK9SxJ4DM/abstract/?lang=pt>.

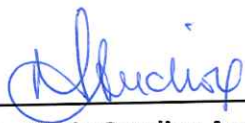
Resposta: Espera-se que o candidato em sua resposta, manifeste-se sobre os aspectos relacionados na pergunta e que suas reflexões apresentem os seguintes aspectos conceituais descritos no quadro espelho:

Temas e conceitos	Descrição
Sobre o argumento da sobreposição	<p>Importante que o candidato se posicione e ilustre o que é discutido no texto do Secchi (2009) que explora mais as reformas administrativas na prática. Para Secchi as reformas da administração pública transformam-se facilmente em políticas simbólicas, e que políticos e burocratas tentam manipular a percepção do público em relação ao desempenho dos governos. Não são raros os esforços de reforma da administração pública que avançam mais em autopromoção e retórica do que em fatos concretos. Segundo Secchi (2009) qualquer verificação empírica sobre reformas da administração pública deve estar atenta aos aspectos incrementais de mudança organizacional. Ao invés de falar em ascensão, domínio e declínio de modelos organizacionais, talvez seja mais frutífero falar em um processo cumulativo de mudanças nas práticas e valores. Analiticamente um pesquisador pode encontrar fragmentos de burocracia, APG, GE e GP dentro de uma mesma organização. Até mesmo o patrimonialismo pré-burocrático ainda sobrevive por meio das evidências de nepotismo, gerontocracia, corrupção e nos sistemas de designação de cargos públicos baseados na lealdade política.</p> <p>Andion (2012) explora o campo científico e se contrapõe ao argumento da Keinert que apresenta uma visão evolutiva do campo da AP no Brasil. Segundo a autora há uma continuidade paradigmática presente nos estudos do campo em questão. A hipótese central do seu texto é de que, embora tenhamos assistido a mudanças paradigmáticas nas duas últimas décadas, o campo da administração pública ainda é dominado - assim como</p>

	nas ciências sociais e na teoria de organizações - por uma concepção funcionalista da ciência.
<p>Quanto ao caso brasileiro e as propostas para avançar a agenda de pesquisa</p>	<p>Trazendo a discussão para o caso brasileiro pode-se notar de acordo com os autores que os modelos tiveram influência na realidade nacional. Ver texto de Andion (2012) que destaca a influência de cada um dos modelos no pensamento da AP no Brasil. Mas como salientam os autores apesar da retórica de que há uma superação de um modelo pelo outro e de que tais modelos se ancoram em diferentes paradigmas percebe-se que o campo da administração pública no Brasil tem sido bastante influenciado pelo paradigma funcionalista.</p> <p>Para avançar na agenda de pesquisa do campo, Andion (2012) coloca a possibilidade objetiva de reconhecimento dos outros paradigmas (interpretativo, humanista radical e estruturalista radical) e das suas respectivas correntes, proporcionando um diálogo desses com o paradigma dominante. Segundo a autora [...] "Tal diálogo poderia inclusive contribuir para reforçar cientificamente e construir uma identidade própria para o campo da administração pública brasileira, respondendo também a alguns obstáculos desse campo enquanto área de formação profissional que tem se estruturado muito mais de forma mimética em relação à administração de empresas e na qual ainda impera uma insistente separação entre administração e política (COELHO, 2008), além de uma visão acrítica e pouco contextualizada em relação à nossa realidade nacional. Tudo isso implica abrir um maior espaço no campo da administração pública nacional para escolas de pensamento e trabalhos científicos que tenham por base pressupostos não funcionalistas, considerando os referenciais críticos e interpretativos. Pressupõe então uma oxigenação do campo, tornando-o menos mecânico e menos refratário à inovação e à interdisciplinaridade".</p> <p>Secchi (2009) mostra que na realidade, nas organizações e dentro de uma mesma organização, o pesquisador pode encontrar ainda diferentes graus de penetração dos diversos modelos organizacionais. A pesquisa sobre a adoção de modelos organizacionais deve verificar continuidades e descontinuidades dos modelos em diferentes unidades organizacionais, níveis hierárquicos e regiões geográficas. Para o autor questões de pesquisa que parecem longe de estar respondidas na realidade brasileira são: até que ponto reformas da administração pública foram efetivadas empiricamente? Em quais níveis organizacionais e de decisão o aclamado aumento da discricionariedade gerencial vem acontecendo? Para que tipo de decisão os gestores intermediários gozam de liberdade (discricionariedade em como fazer ou discricionariedade no que fazer)? Existe realmente uma transição de mecanismos de controle em favor de mecanismos expost, a despeito de controles de processo?</p> <p>Para o autor: "Tais questões parecem longe de um entendimento pacífico e o trabalho de pesquisa no campo poderá respondê-las apropriadamente se abordar as diversas esferas da administração pública, nas diversas áreas de políticas públicas, nas diversas regiões do país. Assim, são de extrema importância para o acúmulo de conhecimento a elaboração de estudos comparados, a organização de projetos interinstitucionais que estudem as questões, e a pesquisa usando a gramática e os esquemas analíticos já estabelecidos nas áreas de administração pública e políticas públicas (policymaking studies)".</p>

*O padrão de resposta deve estar fundamentado nas bibliografias exigidas pelo Edital, para evitar problemas o professor deverá citar o capítulo/página do livro utilizado.

Membros da Banca:



Profa Dra. Maria Carolina Andion



Profa Ms. Ivoneti Ramos



Profa Dra. Elaine Cristina de Oliveira Menezes